

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – EAD

MARCO AURÉLIO RODRIGUES PINTO

**FINANCIAMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE
SAÚDE DESTINADOS À NECESSIDADE EFETIVA DE DETERMINADOS
SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAIS**

PORTO VELHO/RO
2024

**CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – EAD**

MARCO AURÉLIO RODRIGUES PINTO

**FINANCIAMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE
SAÚDE DESTINADOS À NECESSIDADE EFETIVA DE DETERMINADOS
SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAIS**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. em Linguística Aguinaldo Pereira.

**PORTO VELHO/RO
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Pinto, Marco Aurélio Rodrigues.

Financiamento das ações e programas do Sistema Único de Saúde destinados à necessidade efetiva de determinados serviços de saúde municipais / Marco Aurélio Rodrigues Pinto, Porto Velho-RO, 2024.
13 f.

Orientador(a): Prof. Dr. em Linguística Aguinaldo Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Sistema Único de Saúde. 2. Descentralização na Saúde. 3. Saúde Municipal. 4. Gestão Hospitalar. I. Pereira, Aguinaldo (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955 (Campus Porto Velho Zona Norte)

**FINANCIAMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DO SISTEMA
ÚNICO DE SAÚDE DESTINADOS À NECESSIDADE EFETIVA DE
DETERMINADOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAIS**

**FINANCING ACTIONS AND PROGRAMS OF THE SINGLE HEALTH
SYSTEM DESIGNED TO MEET THE EFFECTIVE NEED FOR
CERTAIN MUNICIPAL HEALTH SERVICES**

DOI: 10.55908/RGCV18N2-006

Originals received: 06/14/2024

Acceptance for publication: 07/05/2024

Marco Aurélio Rodrigues Pinto

Tecnólogo em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Porto Velho Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: rodriguespinto2011@gmail.com

Aguinaldo Pereira

Doutor em Linguística

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: aguinaldo.pereira@ifro.edu.br

RESUMO: O Sistema Único de Saúde, junto ao Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), disponibiliza repasses financeiros para a saúde e especifica todos os recursos ofertados para as diferentes regiões do país, incluindo municípios. Com base nisso, este estudo teve como objetivo identificar e apresentar os recursos financeiros destinados ao Município de Cacoal pertencente ao Estado de Rondônia, no período condizente aos meses de janeiro e agosto de 2023, a fim de manter as ações e serviços públicos em saúde. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Saúde de Cacoal-RO, de caráter documental e quantitativo. Os resultados mostram os recursos repassados para cada bloco da saúde, incluindo esferas não atendidas. Os resultados encontrados foram discutidos à luz da literatura, tendo como base teórica Albuquerque et al. (2019); Bousquat et al. (2019); Gil (2002); Gomes et al. (2024); Manhães e Hasenclever (2021); Pinafo et al. (2020); Pires (2022), entre outros. Considerando a importância dos conhecimentos aqui proporcionados, o que evidencia a importância de se discutir este tema, espera-se que mais investigações sejam realizadas em períodos posteriores ao aqui levantado, analisado e apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Saúde. Descentralização na Saúde. Saúde Municipal. Gestão Hospitalar.

ABSTRACT: The Unified Health System (Sistema Único de Saúde), together with the Ministry of Health, through the National Health Fund (FNS), provides financial transfers for health and specifies all the resources offered to the different regions of the country, including municipalities. Based on this, the aim of this study was to identify and present the financial resources allocated to the municipality of Cacoal, in the state of Rondônia, for the months of January and August 2023, to maintain public health actions and services. To this end, a field study was carried out at the Municipal Health Department of Cacoal-RO, of a documentary and quantitative nature. The results show the resources passed on to each health block, including spheres not covered. The results found were discussed in the light of the literature, based on Albuquerque et al. (2019); Bousquat et al. (2019); Gil (2002); Gomes et al. (2024); Manhães and Hasenclever (2021); Pinafo et al. (2020); Pires (2022), among others. Considering the importance of the knowledge provided here, which highlights the importance of discussing this topic, it is hoped that further research will be carried out in periods after the one surveyed, analyzed and presented here.

KEYWORDS: Unified Health System. Decentralization in Health. Municipal Health. Hospital Management.

1. INTRODUÇÃO

O setor público desempenha um papel crucial na administração pública. No que concerne à saúde pública, esta tem por objetivo resolver os problemas ligados à saúde na coletividade. A saúde pública mundial é coordenada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, composta por 194 países, voltada à resolução de problemáticas relacionadas à saúde global (OMS, 2023).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista do povo brasileiro, garantido pela Constituição Federal em seu artigo 196 e por meio da lei núm. 8.080/1990, sendo o único sistema que atende mais de 190 milhões de pessoas, dentre as quais 80% dependem exclusivamente do SUS. Os programas desenvolvidos na área da saúde abrangem desde a saúde primária, bem como média e alta complexidade. A saúde é um direito de todos e envolve os entes distrital, estadual e municipal, pois estes devem manter uma saúde de qualidade aos usuários do SUS, sistema com fundamentos em uma concepção territorial descentralizada,

hierarquizada e integrada regionalmente por meio das organizações de atenção à saúde (Brasil, 1990).

O Ministério da Saúde (MS), por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), disponibiliza repasses financeiros para a área de saúde, discriminando todos os recursos ofertados para as regiões do país. Grande parte dos repasses realizados pelo MS estão diretamente ligados às produções informadas pelas unidades de saúde cadastradas neste Ministério. Existem, ainda, outros tipos de repasses realizados por meio de programas existentes na saúde, por exemplo, programas ligados à atenção primária de saúde, atenção especializada em saúde, vigilância em saúde e ambiental, ciência e tecnologia da inovação em saúde, e trabalho e educação em saúde. O Fundo Nacional de Saúde permite ainda que sejam examinados os valores de recursos financeiros que foram enviados aos seus municípios, estados e regiões (Pires, 2022).

Apesar de o Sistema Único de Saúde ser financiado pelo Governo Federal, podem surgir questionamentos, no sentido de se todos os programas ligados aos diferentes municípios recebem os recursos financeiros para atendimentos aos usuários do SUS. E se os programas em saúde municipais estão realmente cadastrados no Ministério da Saúde. Cabe sinalizar que os recursos são repassados mensalmente, conforme demonstrativo de procedimentos realizados, aquisição de insumos e pagamento de parte da folha salarial dos servidores públicos.

Face ao exposto, o objetivo desta pesquisa consiste em identificar e apresentar os recursos do Sistema Único de Saúde, repassados por meio do Fundo Nacional de Saúde ao Município de Cacoal no Estado de Rondônia, no período condizente aos meses de janeiro e agosto do de 2023, a fim de manter as ações e serviços públicos em saúde.

A relevância deste estudo se constitui pela identificação e apresentação de quais programas podem contribuir para o município de Cacoal na totalidade dos programas ofertados e financiados pelo Ministério da Saúde. Em termos de relevância teórica, pode trazer esclarecimentos para o campo acadêmico e contribuir para a evolução do debate sobre o tema.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo de natureza documental e quantitativa. Gil (2002) descreve que o estudo de campo foca em uma comunidade que pode ser de trabalho, estudo, descanso ou qualquer outra ação humana. E nas pesquisas documentais de cunho quantitativo, os dados são organizados em tabelas e/ou quadros, de forma que o trabalho seja organizado de forma lógica e de fácil compreensão. A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Saúde pertencente ao município de Cacoal, localizada no Estado de Rondônia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 REPASSES FEITOS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Os resultados encontrados foram organizados por quadros, conforme observado no quadro 01, onde se encontram os investimentos voltados à Atenção Primária.

Quadro 1 Recursos financeiros para a Atenção Primária em Saúde.

| ATENÇÃO PRIMÁRIA. | |
|---|------------------------|
| BLOCO | REPASSES |
| Implementação da segurança alimentar e nutricional na saúde. | R\$ 0,00 |
| Incentivo para ações estratégicas. | R\$ 456.828. |
| Incentivo financeiro da APS –Desempenho. | R\$ 348.147,70 |
| Incentivo financeiro da APS – Capitação ponderada. | R\$ 2.670.595 |
| Agentes comunitários de saúde. | R\$ 1.601.424 |
| Programa de informatização da APS. | R\$ 161.500 |
| Incremento temporário do custeio aos serviços de atenção primária em saúde. | R\$ 00,00 |
| Implementação de políticas para a rede cegonhas. | R\$ 00,00 |
| Total | R\$ 5.238.494,7 |

Fonte: elaborado pelos autores

Por meio do quadro 01, notam-se os blocos que receberam os repasses do Fundo Nacional de Saúde entre os meses de janeiro a agosto do ano de 2023 e a quantia que cada um recebeu ao total de todos esses meses, somando ao todo R\$ 5.238.494,70 (Cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos). Todavia, observa-se também que, ao menos no período avaliado (janeiro a agosto de 2023) não houve repassadas do Sistema Único de Saúde voltados à implementação da segurança alimentar e nutricional na saúde, tampouco houve implementação de políticas para a rede cegonhas e ao incremento temporário do custeio aos serviços de atenção primária em saúde.

Ao avaliar a Atenção Primária em Saúde (APS), Bousquat et al. (2019) apontam que em se tratando da dimensão política, a APS demonstra fragilidade na colaboração intergovernamental, como ainda no protagonismo no campo estadual, dentre outros desafios. Na dimensão estrutural, há a escassez de condições que garantam minimamente o cumprimento de funções essenciais da APS, sendo pontos difíceis: insuficiência, má distribuição e dificuldades de qualificação de recursos humanos. Na dimensão organização, são concretos os problemas quanto à fragmentação dos serviços. Portanto, os autores afirmam que a APS não consegue adotar sua função de coordenadora do cuidado e observa-se a falta de um modelo apropriado para acatar às necessidades dos usuários, atendendo às especificidades de cada região. E que tais condições devem ser superadas para que o próprio SUS seja fortalecido como sistema público, universal, equânime e integral.

3.2 REPASSES FEITOS FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA O SETOR DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Imagens tirada de pessoas também devem ter a tarjas no rosto considerado a proteção da identidade com o respeito à dignidade e à liberdade individual.

Quadro 2 - Blocos da Vigilância em Saúde e recursos recebidos.

| VIGILÂNCIA EM SAÚDE | |
|---|----------------------|
| BLOCOS | REPASSES |
| Transferência aos Entes Federativos para o pagamento dos vencimentos dos agentes de combate às endemias. | R\$ 231.132. |
| Incentivo financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas diversas. | R\$ 422.361,34. |
| Incentivo às ações de Vigilância e Prevenção e Controle das DSTs/AIDS e Hepatites virais. | R\$ 29.400 |
| Incentivo financeiro ao Município para a execução de ações de Vigilância Sanitária. | R\$ 41.499 |
| | Total R\$ 724.392,34 |

Fonte: elaborado pelos autores

O quadro 02 ilustra os blocos que receberam recursos do Sistema Único de Saúde, somando um total de R\$ 724.392,34 (setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) no período avaliado por este estudo.

Neste sentido, após analisarem desempenhos da regionalização da vigilância em saúde, Albuquerque et al. (2019) destacam a complexidade presente nas diversas regiões brasileiras e que isto contribui para o entendimento da regionalização da vigilância em saúde no Brasil, pois suas compreensões e práticas de gestão, acendem a necessidade de investimentos adicionais para melhores estruturas e cultivo de normativas que delimitem o compartilhamento de imputações, recursos humanos e materiais na esfera saúde, como ainda de fontes de financiamento regional a fim de incrementar as ações.

3.3 REPASSES FEITOS PELO FNS PARA A ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Quadro 3 - blocos e repasses atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

| ATENÇÃO À MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR. | |
|---|---------------------|
| BLOCO | REPASSES |
| FAEC – Nefrologia | R\$ 2.977.902,24 |
| Atenção à Saúde da população para procedimentos no MAC. | R\$ \$ 4.217.215,10 |
| Incremento temporário ao custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial. | R\$ 00,00 |
| Total | |
| R\$ 7.195.117,34 | |

Fonte: elaborado pelos autores

Por meio do quadro 03, observa-se que o município de Cacoal recebeu um total de R\$ 7.195.117,34 (Sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e dezessete reais e trinta e quatro centavos) destinados às ações e serviços de saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade (MAC) ambulatorial e hospitalar. Cabe destacar que não houve repasses ao incremento temporário ao custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Nesta direção, Gomes et al. (2024) explicam que o limite financeiro da média e alta complexidade (MAC) ambulatorial e hospitalar, que compreende os incentivos de custeio é insuficiente para cultivar o serviço ofertado por Estados e Municípios. Os incentivos de custeio originaram-se na área da saúde, como decorrência da falta de recursos para instigar os municípios a incorporar programas que lhes adicionasse receitas financeiras, constituindo um apoio do governo federal na formulação de políticas de saúde.

Assim, os autores acima citados afirmam também que se entende como atenção de Média e Alta Complexidade MAC: “As ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e terapêutico” (Gomes et al., 2024, p. 29). Bem como que o teto MAC constitui um valor cumulativo em que o incremento pode ser requerido por estados e municípios ao Ministério da Saúde (MS), por meio de relatório técnico da checagem entre a quantia recebida e os serviços proporcionados. Caso seja comprovado que a produção possui valor

acima do teto anual, o acolhimento do requerimento fica dependente da disponibilidade orçamentária-financeira do MS.

3.4 RECURSOS DESTINADOS À GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Quadro 4 - Blocos e repasses para a Gestão do SUS.

| GESTÃO DO SUS | |
|--|------------------|
| BLOCO | REPASSE TOTAL. |
| Assistência Financeira Complementar aos Estados; Distrito Federal para o pagamento do Piso salarial dos profissionais de Enfermagem. | R\$ 1.837.692,55 |

Fonte: elaborado pelos autores

Por meio do quadro 04, nota-se que no período referente aos meses de janeiro e agosto de 2023, a gestão do SUS do município de Cacoal /Rondônia, recebeu um montante equivalente a R\$ 1.837.692,55 (Um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Ao discorrerem sobre a gestão do Sistema Único de Saúde em municípios, Pinafo et al. (2020, p. 03) apontam que o principal desafio dos gestores é o de realizar uma gestão conforme recomendada pela constituinte, sobretudo em municípios que incorporam menor aptidão técnica dos gestores, população com pouco poder aquisitivo e incapacidade de financiamento para contrapor as dificuldades de governar o sistema de saúde. Também a necessidade de promover as forças política e social, a fim de fortalecer as habilidades na gestão. Portanto, é essencial a fundação de ações de escuta das necessidades dos municípios, a criação de uma cultura voltada a enfrentamento de problemas de forma coletiva e partilhada entre os entes federados, promovendo de tal modo a gestão interfederativa. Esta mobilização deve compreender: “a união de forças de todos os gestores, trabalhadores de saúde, da sociedade organizada e da população para defender o sistema público de saúde, que em seus mais de trinta anos de existência ainda não conseguiu se concretizar devido aos golpes sofridos para seu desmonte”.

Por meio do texto acima, entende-se as dificuldades enfrentadas pelos gestores dos Sistema Único de Saúde atuantes em municípios, mas também as possibilidades de mudanças objetivando melhorias nesta esfera.

3.5 RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL

Quadro 5 - blocos e repasses para a Assistência Farmacêutica.

| ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | |
|---|----------------|
| BLOCO | REPASSE TOTAL. |
| Promoção de Assistência Farmacêutica e insumos estratégicos na Atenção Primária em Saúde. | R\$ 303.688,33 |

Fonte: elaborado pelos autores

No quadro 05, tem-se o valor repassado para custear a assistência farmacêutica do município de Cacoal-RO, no período já destacado, o equivalente a R\$ 303.688,33 (Trezentos e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos).

Ao discutirem sobre a Assistência Farmacêutica, Manhães e Hasenclever (2021) asseguram que em 2006, os recursos federais destinados ao mantimento de ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica (AF) passaram por uma reorganização no sentido de serem formados por blocos de financiamento compostos segundo suas particularidades, dentre eles o bloco destinado a AF básica, chamado Componente Básico da Assistência Farmacêutica – CBAF, que constitui uma tática de gestão de financiamento da AF concretizada mediante repasses financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, ordenada ao acordo de descentralização e encargo dos entes financiados.

O montante per capita procedente da União é repassado por meio do FNS, para os municípios, estados e Distrito Federal. Os estados, em compensação, repassam os recursos financeiros ou providenciam diretamente medicamentos aos municípios. Os municípios também precisam concretizar transferências para cobrir as ações de AF básica com os recursos do tesouro municipal. Em 2017, com a intenção de unir os princípios em relação ao financiamento com recursos federais voltados às ações de Assistência farmacêutica do SUS, a União passou a analisar a disposição dos municípios conforme o Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal (IDHM) para concretizar os repasses mensais dos recursos financeiros (Manhães; Hasenclever 2021).

4. CONCLUSÃO

Objetivando identificar e apresentar os recursos do Sistema Único de Saúde destinados ao município de Cacoal, no Estado de Rondônia, repassados por meio do Fundo Nacional de Saúde nos meses condizentes a janeiro e agosto do ano de 2023, realizou-se este estudo de campo de cunho documental e quantitativo. Por meio do qual foi possível identificar os recursos financeiros repassados ao município de Cacoal e empregados nas esferas de saúde/blocos: Atenção Primária; Vigilância em Saúde; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e Assistência Farmacêutica. Considerando estes quatro blocos, o SUS repassou recursos financeiros equivalentes a R\$ 14.995.696,93 (Quatorze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos) no período equivalente há sete meses, conforme já destacado.

Foi possível observar ainda que as esferas: incremento temporário ao custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Implementação da segurança alimentar e nutricional na saúde; Programa de informatização da APS; Incremento temporário do custeio aos serviços de atenção primária em saúde e Implementação de políticas para a rede cegonhas, não receberam nenhum recurso financeiro ao menos no período avaliado.

Pesquisas como esta, voltada à avaliação dos investimentos em saúde, sobretudo nos municípios são essenciais para a ciência e a população, considerando os conhecimentos aqui proporcionados. Portanto, espera-se que novas investigações sejam realizadas em períodos posteriores ao aqui levantado, analisado e apresentado.

Referências

ALBUQUERQUE, Ana Coelho de et al. Avaliação de desempenho da regionalização da vigilância em saúde em seis Regiões de Saúde brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00065218, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pFVmfPCFTYY8FsJRRXKfkGs/?format=html & lang=pt>.

Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF-DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília-DF**, 20 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 21 jun. 2024.

BOUSQUAT, Aylene et al. A atenção primária em regiões de saúde: política, estrutura e organização. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00099118, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35suppl2/e00099118/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo-SP: Atlas, 2002.

GOMES, Márcia Lúcia de Oliveira et al. Incremento do teto de média e alta complexidade-desafio à gestão municipal. **Journal Archives of Health**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 27-34, 2024. DOI: 10.46919/archv5n1-004. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/1526>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MANHÃES, Eduardo; HASENCLEVER, Lia. A Fragmentação do Financiamento da Assistência Farmacêutica Básica no Brasil. RP3 - **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/34562>. Acesso em: 01 jul. 2024

PINAFO, Elisângela et al. Problemas e estratégias de gestão do SUS: a vulnerabilidade dos municípios de pequeno porte. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 1619-1628, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n5/1619-1628>. Acesso em: 01 jul. 2024.